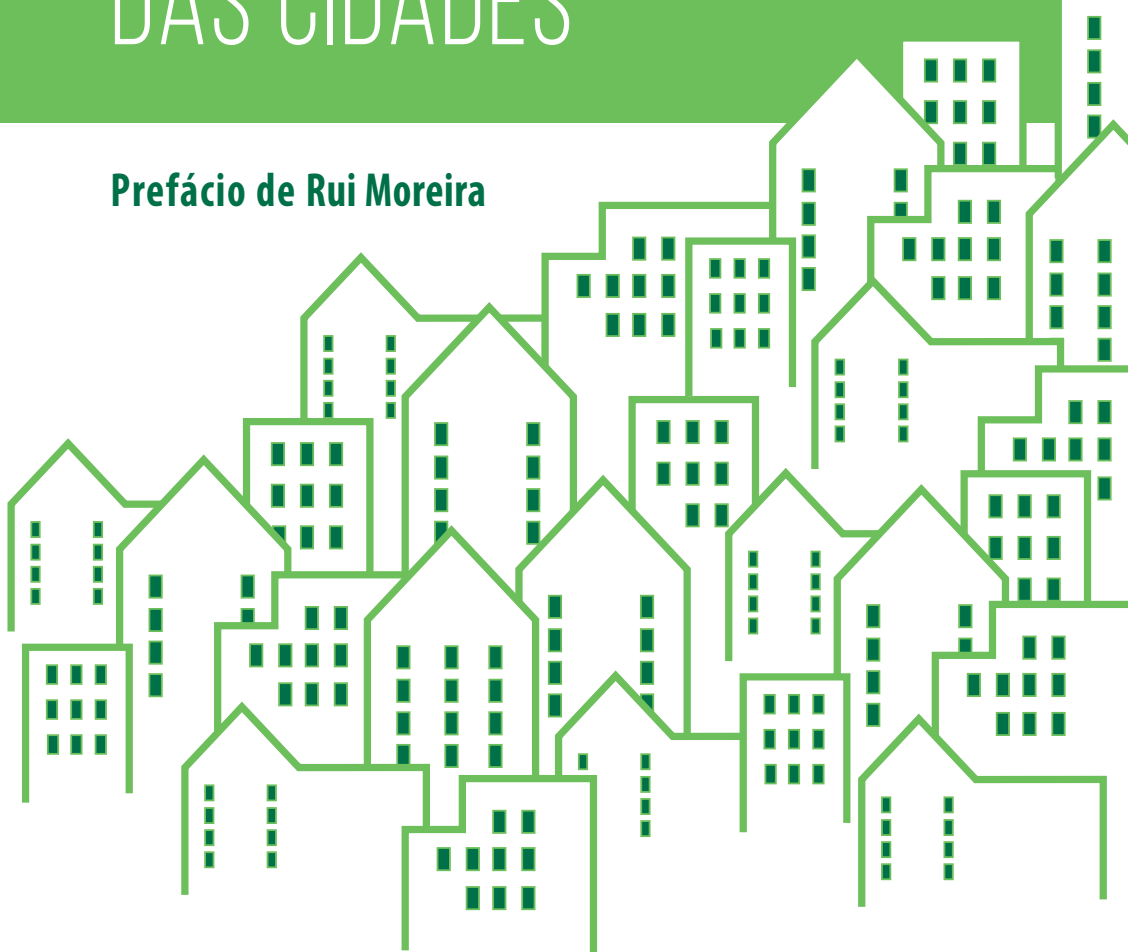


ÁLVARO SANTOS

REABILITAÇÃO URBANA E A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES

Prefácio de Rui Moreira



VidaEconómica

À minha esposa, Dália

Agradecimentos

Devo aqui expressar o meu agradecimento, em primeiro lugar ao Prof. Doutor Miguel Branco Teixeira, pelo incentivo ao trabalho de investigação no âmbito das provas de doutoramento e depois pela sua disponibilidade permanente enquanto meu Orientador. A nossa longa amizade, iniciada no tempo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ficará indelevelmente perpetuada para toda a vida.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira, profundo conhecedor da temática da reabilitação urbana. A ele se deve muito do sucesso e da dinâmica que a cidade do Porto tem registado nos últimos anos e que me muito me honra com o seu Prefácio.

À Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, Porto Vivo, SRU, que tive a honra de presidir ao seu Conselho de Administração, entre Junho de 2014 e Março de 2017, e a todos os seus colaboradores com quem partilhei muitos momentos e ideias sobre esta temática.

Aos Professores Joaquim Borges Gouveia e Vasco Peixoto de Freitas pelos ensinamentos transmitidos e por me despertarem o interesse nas áreas científicas das Cidades e Energia e da Eficiência Energética, respetivamente.

A várias pessoas cujo contributo foi decisivo para a concretização deste livro. Ao Dr. António Gil Machado, da Vida Imobiliária, pelo incentivo inicial. Ao Dr. Ricardo Guimarães, da Confidencial Imobiliário, ao Eng.º Rui Fragoso, da ADENE, e ao Eng.º Alexandre Varela, da Agência de Energia do Porto, pela disponibilização da valiosa informação que se revelou muito útil para o trabalho desenvolvido.

À editora Vida Económica, nas pessoas do Dr. João Luís Sousa e do Dr. Miguel Peixoto, pela disponibilidade e incentivo para publicarem este livro.

Ao Valdemar Cruz, pelo apoio editorial que foi imprescindível para transformar uma tese científica em livro.

Por último, de uma forma muito especial à Dália pelo seu dedicado Amor e incentivo permanente, aos meus Pais pela educação e formação que me proporcionaram, assim como, a toda a minha Família pelo seu apoio e entusiasmo, sem os quais não teria concretizado este livro.

A todos o meu sincero muito obrigado.

Nota do autor

O presente livro foi baseado no trabalho de investigação desenvolvido no âmbito da preparação da Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ecologia e Saúde Ambiental, sob a orientação do Prof. Doutor Miguel Branco Teixeira

Prefácio

A reabilitação urbana é, pese embora o fortíssimo impacto que tem tido em Portugal desde o início do século, um processo ainda mal conhecido e, por vezes, incompreendido.

Nestes anos, as nossas cidades mudaram de rosto. Muito daquilo que antes era visto como vetusto está hoje recuperado ou é reconhecido como património a reabilitar. O padrão de procura alterou-se, e zonas antes proscritas e em acelerado processo de desertificação são hoje valorizadas pela população e focos de procura crescente.

Os hábitos alteraram-se, e há novas exigências que se refletem na mobilidade e no uso do espaço público.

Surgiram, entretanto, novas competências: na arquitetura, na engenharia, na construção civil, na produção de materiais de construção.

Todos assistimos a este fenómeno. Mas, não raras vezes, deparamo-nos ainda com opiniões que ignoram o enquadramento legal, desconhecem as questões estratégicas que presidiram à sua implementação, não conhecem a transversalidade da reabilitação urbana em múltiplas especialidades.

Álvaro Santos estudou a reabilitação e recorreu à sua experiência profissional para elaborar uma tese científica, de grande rigor, em que nos faz a história deste processo e em que detalha, com grande minúcia, os seus variados enquadramentos. Este é um trabalho científico de grande profundidade, com um extraordinário repositório histórico e documental sobre a reabilitação em Portugal, e no Porto em particular.

Esta sua obra analisa, discute e narra os efeitos e impactos das medidas de eficiência energética na reabilitação e o seu contributo para a susten-

tabilidade das cidades. Esse é um tema que sempre interessou o autor, com quem tive oportunidade de muitas vezes conversar e trocar ideias. Num tempo em que a eficiência energética se transformou num imperativo e em que finalmente há sintomas, ainda que dramaticamente tardios, da necessidade de reduzir os desperdícios e moderar o consumo de energia, é essencial garantir que há uma progressiva interacção entre as questões urbanas e as políticas de ambiente. Ora, não basta aplicar bons princípios aos novos edifícios, construídos de raiz. É essencial que esses princípios se apliquem, também, na reabilitação do edificado, compatibilizando-os com os valores patrimoniais preexistentes.

Não posso deixar de fazer uma referência ao autor. Porque é da mais elementar justiça realçar o seu contributo para a reabilitação urbana na cidade do Porto.

Conheci Álvaro Santos quando o seu nome me foi proposto, pelo então Ministro Jorge Moreira da Silva, para presidente da Porto Vivo, SRU. Sendo a sociedade detida maioritariamente pelo Estado, poderia a tutela da empresa ter decidido pela sua nomeação sem me consultar. Havia uma tradição de a Câmara Municipal do Porto ser ouvida previamente, enquanto accionista minoritário, e Jorge Moreira da Silva teve essa atenção para com o município do Porto e para comigo. Sucede que eu presidira, anos antes, a essa sociedade. Conhecia a missão, e logo me pareceu que o currículo de Álvaro Santos era inatacável e justificava plenamente a escolha e desde o primeiro contacto que tivemos fiquei com a certeza que era a pessoa certa para o cargo. Para além da elegância formal e da simpatia, compreendi que estava perante alguém verdadeiramente empenhado em desempenhar as funções, de grande relevo público, com entusiasmo e espírito de missão. Álvaro Santos tinha, já nessa altura, um conhecimento profundo sobre todos os pormenores da reabilitação urbana. E, durante os anos em que presidiu à sociedade de reabilitação urbana, não só reforçou esses conhecimentos como desempenhou o cargo com inegável mérito, aliás reconhecido pelo actual Governo, e pelo actual Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes.

Naturalmente, Álvaro Santos poderia ter escrito a sua tese, que agora publica em livro, mesmo que não tivesse desempenhado esse cargo. E talvez o tivesse conseguido fazer, se ainda o ocupasse. Mas é inegável que essa sua passagem pela administração executiva da empresa lhe permitiu

Prefácio

adquirir o lastro que transmite a esta obra, um trabalho exaustivo mas, ainda assim, de fácil leitura, que ninguém que tenha curiosidade ou esteja interessado na reabilitação urbana poderá deixar de ler e de manter como fonte essencial de consulta.

Uma nota final, e merecida, para saudar a Vida Económica, que tem sabido, ao longo dos anos, com grande persistência, ocupar o seu espaço em temas da maior relevância para a cidade, a região e o país.

Rui Moreira
Presidente da Câmara Municipal do Porto

Índice

Agradecimentos.....	5
Nota do autor.....	7
Prefácio	9
1. Introdução	17
2. Evolução das Políticas Urbanas na União Europeia e em Portugal	23
2.1. Enquadramento	23
2.2. Políticas Urbanas na União Europeia: de 1990 até à atualidade	25
2.3. Políticas Urbanas em Portugal: de 1974 até à atualidade ..	36
2.4. Perspetivas para o futuro das Políticas Urbanas no período 2014-2020	60
3. A Reabilitação Urbana enquanto novo paradigma das políticas urbanas	65
3.1. O conceito de “Reabilitação Urbana”	65
3.2. Enquadramento legislativo	67
3.2.1. Antecedentes: o Regime Jurídico Excepcional da Reabilitação Urbana.....	67
3.2.2. O novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana	72
3.2.3. Análise comparativa	79

3.3. Evolução das obras de reabilitação de edifícios	83
3.4. As novas reformas da Reabilitação Urbana	87
4. A Sustentabilidade Ambiental e Energética na Reabilitação Urbana.....	105
4.1. Contexto e antecedentes da Sustentabilidade Ambiental e Energética	105
4.2. O contributo do desempenho energético dos edifícios para a sustentabilidade	111
4.3. Benefícios da eficiência energética para a reabilitação urbana sustentável	125
5. Eficiência energética nos edifícios de habitação em Portugal	131
5.1. Caracterização do parque habitacional	131
5.2. O Sistema de Certificação Energética	135
5.3. O desempenho energético do parque de edifícios	137
5.4. Impacto da reabilitação na eficiência energética de edifícios	147
6. A Reabilitação Urbana da Cidade do Porto	155
6.1. Breve enquadramento à área de estudo	155
6.2. Antecedentes da reabilitação urbana na cidade do Porto ..	158
6.3. A reabilitação urbana na cidade do Porto no início do século XXI	161
6.4. Área e estratégia de intervenção da Sociedade de Reabilitação Urbana	164
6.5. Modelo de operacionalização	168
6.6. A dinâmica da Reabilitação Urbana no Centro Histórico do Porto	172
7. Sustentabilidade ambiental e eficiência energética nas operações de reabilitação urbana do Porto	175
7.1. As primeiras abordagens	175
7.2. Estratégia para a Sustentabilidade da Cidade do Porto	189

Introdução

7.3. Desenvolvimento e consolidação de novas abordagens na sustentabilidade ambiental e eficiência energética	192
7.4. O papel atual dos instrumentos financeiros no apoio à reabilitação urbana	200
8. Eficiência energética nos edifícios de habitação, no Centro Histórico do Porto	205
8.1. Caracterização do edificado no Centro Histórico do Porto .	205
8.2. Impacto da reabilitação na eficiência energética de edifícios da cidade do Porto	211
8.3. Impacto da reabilitação na eficiência energética de edifícios do Centro Histórico do Porto	221
9. A perceção dos agentes sobre a integração de objetivos de eficiência energética na reabilitação urbana	231
9.1. Introdução	231
9.2. A integração de medidas de eficiência energética na reabilitação urbana na perspetiva dos técnicos e agentes .	233
9.2.1. Primeira parte – a eficiência energética na reabilitação urbana	233
9.2.2. Segunda parte – a reabilitação urbana no Centro Histórico do Porto	244
9.3. Síntese conclusiva	252
10. Notas Finais	255
Referências bibliográficas	257

1. Introdução

O presente livro pretende analisar e discutir os efeitos da integração de medidas de eficiência energética nos processos de reabilitação urbana e, conseqüentemente, avaliar o seu contributo para a sustentabilidade das cidades, em sentido mais lato.

O ponto de partida para a análise deste tema prende-se com a necessidade de perceber de que forma é que a atual mudança de paradigma no setor da construção em Portugal, nomeadamente, o recente incremento das intervenções em reabilitação urbana, está a atender a fatores de sustentabilidade ambiental, nomeadamente, com a integração de medidas que concorram para promover a eficiência energética nos edifícios de habitação e, com isso, a contribuir para a redução da fatura energética do consumo doméstico, bem como das emissões de dióxido de carbono (CO₂), com impacto na melhoria da saúde, bem-estar e conforto das populações.

Não obstante se ter constatado, numa fase embrionária deste trabalho, que o conceito de “sustentabilidade ambiental” é um tópico muito abordado no âmbito académico, técnico e político, a verdade é que o enfoque na integração de medidas de melhoria de eficiência energética nos processos de reabilitação urbana é um tema relativamente recente e, portanto, caracterizado ainda por uma relativa escassez de investigação e conhecimento sobre o mesmo.

Nos últimos anos, têm surgido vários estudos e projetos de investigação que têm sublinhado a importância da reabilitação do parque edificado para a redução do consumo de energia e das emissões de gases com efeito de estufa, ao mesmo tempo que identificam a existência de grandes oportunidades para diminuir a utilização de energia dos edifícios com menores

custos e maiores retornos económicos, com evidentes vantagens para as famílias, as empresas e o Estado, em particular, e para o meio ambiente, em sentido mais lato (ADENE, 2011; Almeida *et al.*, 2012; Bragança, 2011; DGEG, 2004; BCSD, 2009; Bragança, Pinheiro e Mateus, 2013; Fragoso, 2015; Freitas, 2015; PTPC, 2015; Pinheiro, 2006, Guedes *et al.*, 2008).

Esta relação entre reabilitação urbana e eficiência energética veio a revelar-se essencial para o enquadramento do presente livro, que se procura centrar no modo como, ao longo dos últimos anos, os processos de reabilitação urbana influenciam e são influenciados pela eficiência energética.

É neste contexto que se insere, igualmente, a preocupação em analisar o previsível impacto da introdução de medidas de melhoria de eficiência energética nas intervenções de reabilitação urbana. Conhece-se ainda muito pouco sobre a relação entre a eficiência energética e a reabilitação urbana, pelo que esta área de investigação tem vindo a assumir uma importância crescente (Almeida *et al.*, 2012, Bragança *et al.*, 2011; Freitas, 2012, e Nessa, 2009). Essa escassez de estudos e debates sobre o tema, longe de constituir um constrangimento, representou um incentivo para o desenvolvimento deste trabalho.

Vale a pena, por isso, enquadrar sumariamente neste ponto inicial algumas das preocupações atuais sobre o tema.

Desde logo sublinhar que, nos anos mais recentes, o tema da reabilitação urbana se tem assumido como uma nova dimensão das políticas urbanas, alcançando uma preponderância sem paralelo em períodos anteriores, muito em resultado da crise no setor da construção e, em particular, da construção nova. Também, devido ao seu papel enquanto instrumento de política pública que pretende dar resposta ao declínio urbano e que envolve muitos outros aspetos além da reabilitação física, como a requalificação ambiental, a revitalização económica e a integração social e cultural. Atualmente, em Portugal, assiste-se a uma mudança de paradigma, com a passagem da preponderância da construção nova para a reabilitação.

Por outro lado, existe uma consciência generalizada de que um dos maiores problemas com que a sociedade contemporânea se confronta é o excessivo consumo de energia, devido, principalmente, ao aumento dos padrões de conforto e de qualidade de vida. Daqui decorre uma utilização

massificada de produtos e equipamentos com elevado consumo de energia, como automóveis, equipamentos de climatização, eletrodomésticos, de entre outros.

Nesta perspetiva, urge sublinhar que um dos setores com maior peso no consumo de energia é o setor dos edifícios. Responsável pelo consumo de aproximadamente 40% da energia final, na Europa, e cerca de 30%, em Portugal, mais de 50% deste consumo pode ser reduzido através da introdução de medidas de melhoria de eficiência energética (ADENE, 2015).

Além disso, a melhoria da eficiência energética dos edifícios está, também, associada a importantes benefícios colaterais, designadamente, a criação de emprego, a atenuação da pobreza energética, a melhoria do nível da saúde, maior segurança energética e maior competitividade industrial (COM, 2013).

Deste modo, o objetivo central deste trabalho prende-se com a necessidade de perceber de que forma é que a reabilitação urbana pode contribuir para a sustentabilidade das cidades, através da integração de medidas de eficiência energética que permitam reduzir a fatura energética do consumo doméstico, assim como as emissões de CO₂, e, ainda, contribuir para a melhoria da saúde, bem-estar e conforto das populações.

A questão, ou a hipótese, que polariza a investigação desenvolvida é a seguinte: será que a atual mudança de paradigma no setor da construção em Portugal, nomeadamente, o recente incremento das intervenções em reabilitação urbana, está a atender a fatores de sustentabilidade ambiental? Ou, se quisermos, ainda uma outra questão: será que estão a ser integradas medidas que concorram para promover a eficiência energética nos edifícios de habitação e, com isso, contribuir para a redução da fatura energética do consumo doméstico, assim como das emissões de CO₂, e, ainda, contribuir para a melhoria da saúde, bem-estar e conforto das populações?

Numa altura em que as preocupações com a reabilitação urbana estão na ordem do dia entre nós, o que está em causa nesta reflexão é então saber o que será necessário para se conseguir uma relação mais consistente entre a reabilitação urbana e a eficiência energética. Não se trata apenas de indagar sobre as vantagens ou inconvenientes de uma ou outra área de atuação, mas sim de atender aos desafios que a promoção da sustentabilidade e da eficiência energética colocam diretamente à própria

reabilitação urbana, ela mesmo também sujeita, na atualidade, a profundas transformações ao nível dos valores e dos processos.

Vários autores (p.ex. Freitas, 2015, e Fragoso, 2015) têm vindo a sublinhar a importância crescente da ligação entre o potencial para a reabilitação urbana e a melhoria do ponto de vista da eficiência energética. No centro deste debate está a importância concedida à integração de princípios de sustentabilidade nos processos de reabilitação urbana enquanto fator imperativo ao desenvolvimento sustentável. O objetivo é potenciar a adoção e implementação de boas práticas de reabilitação sustentáveis que conduzam ao desempenho ambiental e energético, à melhoria das condições de conforto dos utilizadores, com repercussão direta na redução da fatura energética, tendo em vista uma evolução para a qualificação do meio edificado e, conseqüentemente, do ambiente urbano (Pires e Bragança, 2011).

Num sentido mais lato, os efeitos do modelo contemporâneo de desenvolvimento no meio ambiente e o contexto atual do mercado da construção justificam uma mudança no modo como se planeia, desenvolve, utiliza e reabilita o parque edificado e, sobretudo, as cidades. A desertificação dos centros urbanos, aliada a periferias que cresceram de forma exponencial e desordenada, com todas as conseqüências nefastas daí resultantes, tem vindo a revelar o problema da regeneração/reabilitação urbana como um dos mais complexos e urgentes desafios que a sociedade contemporânea tem pela frente e que requer uma mudança de paradigma e de decisões políticas capazes de dinamizar novas abordagens geradoras de bases sustentáveis para as gerações vindouras (Bragança *et al.*, 2011).

Ora, isto significa a necessidade de sensibilização e mobilização da sociedade contemporânea para este desafio cíclico. Por um lado, aos decisores políticos incumbe criar as condições para um ambiente favorável à promoção da eficiência energética na reabilitação urbana. Como? Fundamentalmente, através da adoção de um quadro estratégico e legislativo favorável, bem como das condições financeiras que possam ser consideradas necessárias para atrair os investidores a desencadear os processos de reabilitação urbana no parque edificado.

Por outro lado, importa sensibilizar e capacitar os técnicos e profissionais da área para a necessidade da sua imprescindível e permanente qualificação para garantir intervenções com soluções técnica e economicamente

otimizadas e suficientemente duradouras. A estes atores (engenheiros, arquitetos, projetistas, etc.) exige-se conhecimento técnico e capacidade de gestão financeira, nunca dissociada de uma visão multidisciplinar, embora especializada, de modo a assegurar qualidade, inovação e sustentabilidade às intervenções em reabilitação urbana (PTPC, 2015).

Por último, é importante a mudança comportamental necessária por parte dos utilizadores, proprietários e investidores individuais. De facto, impõem-se mudanças de comportamento significativas, mas também melhor informação para a criação de uma consciência cívica que permita entender melhor as oportunidades da eficiência energética no edificado.

É a este nível que este livro pretende dar um contributo. Trata-se, afinal, de se saber o que será necessário para se atingir uma relação mais consistente e duradoura entre a eficiência energética e os processos de reabilitação urbana, que, necessariamente, deverá passar pela análise das políticas públicas, das atitudes e sobretudo da ‘cultura’ dos técnicos e profissionais da área, bem como do comportamento dos utilizadores, proprietários e investidores individuais, numa mobilização de toda a sociedade em prol desse objetivo comum.

2. Evolução das políticas urbanas

2.1. Enquadramento

As cidades são concentrações espaciais de atividade e de interação humana. São os motores da economia europeia, oferecendo empregos e serviços, e podem ser consideradas como catalisadores de criatividade e inovação em toda a União Europeia (UE). Cerca de 70 % da população da UE vive em áreas urbanas, que, por sua vez, geram mais de dois terços do PIB da União (CE, 2014a). No entanto, são também os locais onde há uma maior concentração de problemas persistentes, como o desemprego, a segregação e a pobreza, bem como graves pressões ambientais.

A UE tem tido um papel importante no lançamento e consolidação de estratégias para os espaços urbanos, considerando que estes territórios podem desempenhar um papel fundamental na consolidação de uma política económica, social e ambiental mais forte. A crescente atenção dada às questões urbanas decorre do duplo reconhecimento das cidades enquanto motores da inovação, criatividade e crescimento económico, mas, também, como locais onde se manifestam com maior intensidade os problemas de desemprego, pobreza e exclusão social. De facto, a conjugação destas duas facetas transforma as cidades europeias no cenário onde se poderá ganhar, ou perder, os principais desafios do crescimento, da competitividade, da sustentabilidade, da coesão e da equidade que se colocam à sociedade atual.

Apesar de o ordenamento jurídico estabelecido nos Tratados que regulam a UE considerar que as políticas de desenvolvimento territorial e urbano são uma competência de cada Estado Membro, esse facto não impediu

que, desde muito cedo no processo comunitário, tenha havido consciência da importância das dimensões territorial e urbana para a prossecução dos objetivos políticos comuns.

O fortalecimento da dimensão territorial e urbana nas políticas da UE tem sido, essencialmente, materializado através da Política Regional ou de Coesão, nomeadamente, através de instrumentos financeiros específicos que incluem o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão.

Neste cenário, também, as cidades portuguesas desempenham um papel cada vez mais importante e insubstituível nos processos de desenvolvimento económico e social do país e das regiões em que se inserem. Não obstante a nossa urbanização tardia, as cidades constituem, atualmente, o quadro de vida da esmagadora maioria da população portuguesa, concentrando as principais atividades de produção, transação e consumo.

Por esta via representam também os focos das novas disfunções ambientais, em particular os decorrentes da satisfação das necessidades crescentes de mobilidade urbana e interurbana, dos processos extensivos de suburbanização e da sua localização sobre frágeis e sensíveis ecossistemas, tanto na faixa costeira como no interior do país, nos vales dos principais rios e cursos de água.

Fatores de âmbito nacional, regional ou local, como a competitividade económica, a coesão social, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento cultural e a qualidade de vida das populações, dependem, de forma decisiva, do funcionamento global das nossas cidades e áreas metropolitanas e, em particular, das suas capacidades para se inserirem de forma cada vez mais efetiva e diversificada nas redes transnacionais, europeias e mundiais, por onde passam, em complexas e seletivas dinâmicas de cooperação e de competição, os grandes processos contemporâneos de inovação e desenvolvimento.

As cidades são hoje entidades fortemente dinâmicas, sujeitas a rápidas, profundas e complexas transformações, de natureza física, funcional e social. As últimas décadas evidenciaram estas dinâmicas, exacerbadas entre nós por níveis de investimento no setor da construção sem precedentes, acompanhados, em simultâneo, por uma significativa evolução dos modos de vida urbana e dos padrões de acesso a bens e serviços.

As dificuldades de resposta dos sistemas de planeamento urbanístico, ordenamento do território e gestão ambiental foram bem patentes, traduzindo-se numa generalizada insatisfação das populações urbanas e dos agentes económicos com a qualidade dos novos espaços construídos, com a escassez de espaços verdes, com a qualidade dos serviços urbanos fornecidos, com os deficientes sistemas de transportes disponíveis e os crónicos níveis de congestionamento observáveis não apenas nas duas metrópoles, Lisboa e Porto, como em muitas cidades de pequena e média dimensão.

Nesse sentido, as políticas urbanas, adotadas no nosso País na última década, têm vindo a assentar, principalmente, no aperfeiçoamento, operacionalização e valorização dos meios e instrumentos de planeamento e gestão urbanística e ambiental já existentes, e, por outro lado, na integração de novos instrumentos e iniciativas de âmbito mais alargado, no domínio do económico, do social e do cultural, procurando dar uma resposta cabal ao grande desafio que se coloca ao desenvolvimento do País, enquanto, simultaneamente, causa e efeito do desenvolvimento das nossas cidades.

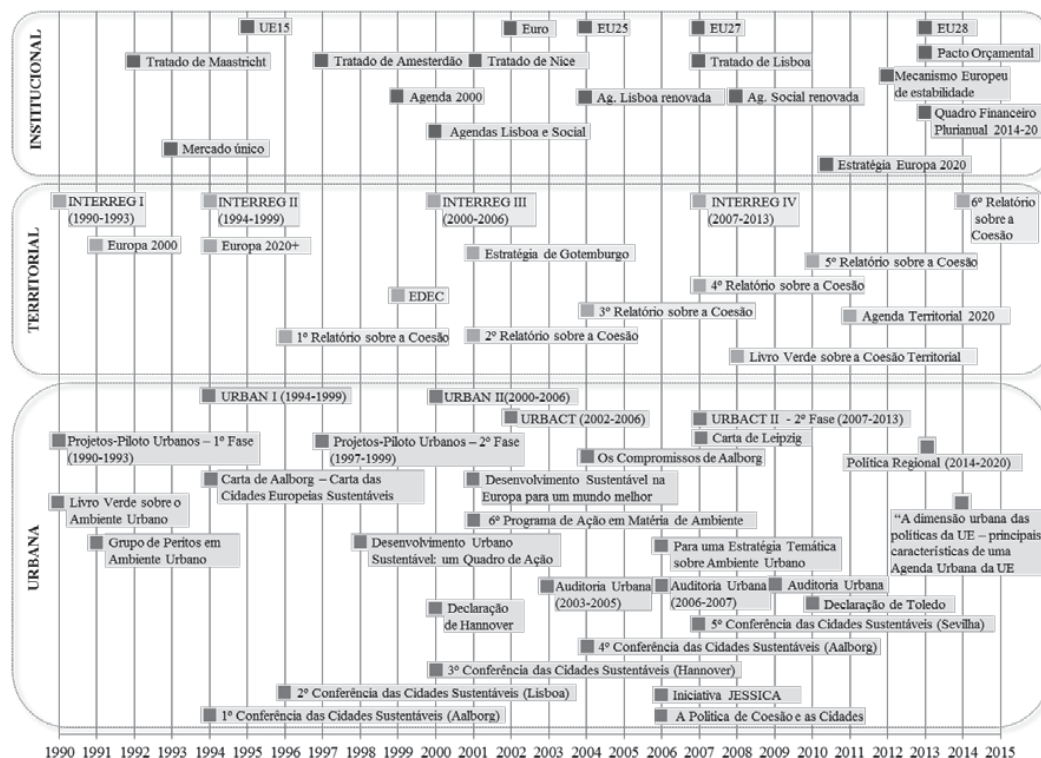
Nesta perspetiva mais alargada, atuante e ambiciosa, as novas políticas urbanas já não se confundem com meras intervenções nas infraestruturas urbanas, nos espaços públicos, na reabilitação física do edificado degradado das zonas históricas e espaços centrais, ou na requalificação do edificado e estruturação dos tecidos de expansão suburbana de génese mais recente. Sem descurar a pertinência destas intervenções, as novas políticas urbanas têm vindo a ser, progressivamente, sustentadas em programas de ação mais alargados que visam objetivos de inclusão social, dinamização económica, enriquecimento cultural e patrimonial e valorização ambiental e paisagística, numa perspetiva operacional e inovadora do conceito de desenvolvimento sustentável.

2.2. Políticas Urbanas na União Europeia: de 1990 até à atualidade

Desde muito cedo que a União Europeia tem vindo a refletir sobre as questões urbanas e a necessidade de as tornar mais competitivas e socialmente mais integradoras, pela procura de melhoria das condições ofe-

recidas, quer às populações, quer às empresas e outros atores. Contudo, e como podemos acompanhar pela Figura 1, foi apenas na década de 90 que a política europeia passou a atuar de forma mais direta nas questões urbanas através de diversas iniciativas, resoluções e mandatos específicos.

Figura 1 – As Políticas Urbanas na União Europeia, de 1990 até à atualidade



A análise que apresentamos de seguida é sustentada, principalmente, nas questões urbanas, mas é, de igual modo, acompanhada por uma perspetiva institucional e territorial que a complementa e referencia ao longo da escala temporal selecionada.

Vejamos, então, quais os principais marcos que assinalam o reconhecimento da importância da dimensão urbana para a prossecução das políticas comunitárias.

O *Livro Verde sobre Ambiente Urbano* (CCE, 1990) representa a primeira manifestação do compromisso da União Europeia em alcançar uma real melhoria da qualidade do ambiente urbano na Comunidade. Este documento, que é ainda hoje uma referência essencial, faz um primeiro

Referências bibliográficas

- ADENE (2011). *A Certificação Energética e a Reabilitação Urbana*. Livro de atas do Seminário “Cidades mais Inteligentes”, Braga, maio de 2011.
- ADENE (2013). *A importância dos produtos eficientes na Reabilitação Urbana*. Seminário da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção, Matosinhos, outubro de 2013.
- AdEP (2008). *Matriz Energética do Porto*. Agência de Energia do Porto.
- AdEP (2010). *Plano de Ação para a Energia Sustentável da Cidade do Porto*. Agência de Energia do Porto e Câmara Municipal do Porto.
- AEA (2015). *O Ambiente na Europa: Estado e perspectivas 2015 – Relatório síntese*. Agência Europeia do Ambiente, Copenhaga.
- Aguiar, J. (1998). *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. ReHabitat Centros Antigos, Ordem dos Arquitetos e da Câmara Municipal de Guimarães.
- Almeida, M., Rodrigues, A. (2012). *Reabilitação Energética de Edifícios: Caracterização Térmica de Edifícios e Propostas de Reabilitação numa Perspetiva Custo/Benefício*. Livro de Atas do Workshop “Construção e Reabilitação Sustentáveis”, Universidade do Minho, Guimarães, setembro de 2012.
- Alves, S., Ramos, I. (2012). *Urban Decay in Porto - Strengths and Weaknesses of Portuguese Regeneration Programs*. ENHR 2012 Conference Housing: Local Welfare and Local Markets in a Globalized World.
- Appleton, J. (2003). *Reabilitação de edifícios antigos*. Edições Orion, Amadora.
- Appleton, J. (2007). *Reabilitação urbana e tecnologias de intervenção*. Arquitetura Ibéria, nº 19, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Araújo, L. e Coelho, M.J. (2013). *Políticas Públicas de Energia e Ambiente - Rumo a um País Sustentável?*. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 72, pp.145-158.
- Ascher, F. (1998). *Metapolis, acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Bailly, A. (1981). *Géographie du bien-être*. Paris, Presses Universitaires de France, 239 p.
- Balsas, C. (1999). *Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades*. Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica, Lisboa.

Referências bibliográficas

- Tavares, A. (2008). *Reabilitação Urbana – o caso dos pequenos Centros Históricos*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Terra, D. (2012). *O novo paradigma da Reabilitação Urbana em Portugal*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Direito, apresentada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- UCLG (2010). *Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development*. UCLG policy statement, approved on 17 November 2010, in the framework of the World Summit of Local and Regional Leaders - 3rd World Congress of UCLG, Mexico.
- UE (1997). *The EU Compendium of Spatial Planning Systems and Policies*. União Europeia, Luxemburgo.
- UE (2014). *Thematic research summary: Energy Efficiency in Buildings*. União Europeia, Bruxelas.
- UN (1987). *Our Common Future*. Report of the World Commission on Environment and Development, United Nations.
- UN (1992). *Rio Declaration on Environment and Development*. Conference on Environment and Development, United Nations.
- UN (1995). *Copenhagen Declaration on Social Development*. Report of the World Summit for Social Development, Copenhaga, Dinamarca.
- UN (2012). *The future we want*. Rio +20 – United Nations Conference on Sustainable Development, United Nations.
- Valente, J.T. e Pinto, J. C. (2009). *O novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*. In *Reabilitação Urbana*, Edição da Imoedições - Edições Periódicas e Multimédia, Lda, pp. 35-45.
- Van Gent, W. (2010). *Housing Context and Social Transformation Strategies in Neighbourhood Regeneration in Western European Cities*. International Journal of Housing Policy, pp. 63-87.
- Williams, A. (1980). *Conservation Planning in Oporto: an integrated approach in the Ribeira-Barredo*. Town Planning Review, Vol. 51, n.º 2, pp. 176-194.

Sítios da Internet

ADENE – Agência de Energia (acedido em março de 2017):

- <http://www.adene.pt/sce/enquadramento-0>

Carta de Leipzig (acedido em dezembro de 2014):

- http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/themes/urban/leipzig_charter.pdf

Declaração de Toledo (acedido em dezembro de 2014):

- http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/newsroom/pdf/201006_toledo_declaration_en.pdf

Desenvolvimento Urbano (acedido em dezembro de 2014):

- http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/themes/urban/index_pt.htm

Edição com o apoio:

- Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal - AIMMP
- Be Oporto, Lda
- Caixa de Crédito Crédito Agrícola do Vale do Sousa e Baixo Tâmega CRL
- DST Group S.A.
- Endutex - Hotéis, Lda
- Finangeste - Empresa de Investimentos, Gestão e Desenvolvimento, S.A
- Gestluz - Consultores de Gestão, Lda
- Grupo M Caetano
- Lúcius – Engenharia e Construção, S.A.
- MAP Engenharia, Lda
- Nau 14 - Business Agency, Lda
- Predibisa - Sociedade de Mediação Imobiliária Lda
- Saba Portugal - Parques de Estacionamento, S.A.
- Salvador Caetano - CaetanoBus S.A.
- Schmitt + Sohn Elevadores, Lda
- The Fladgate Partnership - Vinhos, S.A.
- Topdomus - Construção E Gestão Imobiliária, Lda

Será que a atual mudança de paradigma no setor da construção em Portugal, nomeadamente, o recente incremento das intervenções em reabilitação urbana, está a atender a fatores de sustentabilidade ambiental?

Será que estão a ser integradas medidas que concorram para promover a eficiência energética nos edifícios de habitação e, com isso, contribuir para a redução da fatura energética do consumo doméstico, assim como das emissões de dióxido de carbono (CO₂), e, ainda, contribuir para a melhoria da saúde, bem-estar e conforto das populações?

Numa altura em que as preocupações com a reabilitação urbana estão na ordem do dia entre nós, o que está em causa nesta reflexão é então saber o que será necessário para se conseguir uma relação mais consistente entre a reabilitação urbana e a eficiência energética.

Este livro vai analisar e discutir os efeitos da integração de medidas de eficiência energética nos processos de reabilitação urbana e, consequentemente, avaliar o seu contributo para a sustentabilidade das cidades, em sentido mais lato.

O ponto de partida para a análise deste tema prende-se com a necessidade de perceber de que forma é que a atual mudança de paradigma no setor da construção em Portugal, nomeadamente, o recente incremento das intervenções em reabilitação urbana, está a atender a fatores de sustentabilidade ambiental, nomeadamente, com a integração de medidas que concorram para promover a eficiência energética nos edifícios de habitação e, com isso, a contribuir para a redução da fatura energética do consumo doméstico, bem como das emissões de CO₂, com impacto na melhoria da saúde, bem-estar e conforto das populações.

Apoios:



www.vidaeconomica.pt
livraria.vidaeconomica.pt

